

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AS DIFICULDADES QUE AS CRIANÇAS COM
SURDEZ ENCONTRAM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO**
**INCLUSIVE EDUCATION: THE CHALLENGES DEAF CHILDREN FACE IN THE
LITERACY PROCESS**

¹ Gedison da Silva Bessa

² Ronaldo Carlos de Oliveira

RESUMO

Esta pesquisa aborda a importância da inclusão de alunos surdos na educação e as dificuldades encontradas por eles na fase da alfabetização, visando garantir um ensino eficaz e inclusivo para todos, independentemente de suas limitações. Nesta direção o objetivo desta pesquisa consiste Analisar o valor da inclusão educacional de alunos surdos no processo de alfabetização, destacando as dificuldades enfrentadas por esses alunos, bem como a importância da adaptação do ensino para garantir uma aprendizagem eficaz e inclusiva. O método utilizado foi a revisão de literatura com base na leitura de artigos ligados ao tema, disponíveis no Google Acadêmico, Scielo Biblioteca Integrada da USP. Com base na realização deste estudo constatou-se a inclusão plena depende de uma articulação eficaz entre as políticas públicas, a capacitação dos profissionais da educação e a disponibilidade de recursos que favoreçam o aprendizado dos alunos surdos. Somente assim será possível garantir que as barreiras de comunicação e as dificuldades encontradas no processo de alfabetização sejam superadas, permitindo que esses alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado que seus colegas ouvintes. A inclusão, neste sentido, não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como um direito fundamental e um compromisso social com a equidade na educação.

Palavras-chave: Inclusão educacional. Alfabetização. Desafios.

ABSTRACT

This research addresses the importance of including deaf students in education and the challenges they face during the literacy phase, aiming to ensure effective and inclusive teaching for all, regardless of their limitations. In this regard, the objective of this research is to analyze the value of educational inclusion for deaf students in the literacy process, highlighting the difficulties these students face, as well as the

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC). Especialista em Docência do Ensino Superior e Metodologias Ativas de Aprendizado (DESCOMPLICA); Ludopedagogia e Psicomotricidade (FAVENI); Alfabetização e Letramento (FAVENI); Educação Infantil e Anos Iniciais (FAVENI); Gestão Educacional (UNICESUMAR).
E-mail: gedisonbessa2013@outlook.com.

² Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduado em Letras: Português - Inglês pelo Centro Universitário FAVENI (FAVENI). Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa pela Faculdade UniBF (UNIBF). Especialista em Docência no Ensino de Letras-Inglês, pela Faculdade UniBF (UNIBF).
E-mail: rcoliveira48@hotmail.com.

importance of adapting teaching methods to ensure effective and inclusive learning. The method used was a literature review based on the analysis of articles related to the topic, available on platforms such as Google Scholar, Scielo, and USP Integrated Library. Based on this study, it was found that full inclusion depends on an effective alignment between public policies, the training of education professionals, and the availability of resources that support the learning process of deaf students. Only through this approach will it be possible to ensure that communication barriers and the challenges encountered during literacy are overcome, allowing these students to have the same learning opportunities as their hearing peers. Inclusion, in this sense, should not only be viewed as a legal obligation but as a fundamental right and a social commitment to educational equity.

Keywords: Educational inclusion. Literacy. Challenges.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda a importância da inclusão de alunos surdos na educação e as dificuldades encontradas por eles na fase da alfabetização, visando garantir um ensino eficaz e inclusivo para todos, independentemente de suas limitações. A legislação educacional, como a LDB, assegura a inclusão dos alunos surdos no Ensino Regular de forma gradual e adaptada às suas necessidades individuais. Essa prática educacional é essencial para garantir que esses alunos tenham acesso aos mesmos recursos que os demais colegas, contribuindo para quebrar barreiras de comunicação e promover uma aprendizagem eficaz. A Constituição Federal e outras leis brasileiras também destacam a importância da inclusão de pessoas com deficiência na educação, garantindo sua participação em todos os níveis de ensino.

A finalidade geral desta pesquisa é de analisar acerca do valor da inclusão nas concepções que se vinculam a obtenção de saberes e as dificuldades das crianças surdas na alfabetização.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A INCLUSÃO DA CRIANÇA SURDA NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A educação inclusiva defende que todos têm o direito de aprender juntos, levando em consideração as suas necessidades especiais.

No Brasil, as políticas de inclusão têm buscado corrigir a exclusão educacional de pessoas com deficiência auditiva, promovendo a integração social dos surdos através da adoção de Libras como língua materna.

A Lei no 10436/02 e o Decreto no 5.626/05 garantem os direitos dos surdos na inclusão e educação, estabelecendo Libras como língua oficial. Apesar das tentativas de inclusão, barreiras persistem e afetam o desempenho acadêmico dos surdos.

O ensino regular para estudantes surdos tem suscitado debates sobre inclusão e barreiras. Segundo alguns estudiosos (ANTIA; STINSON, 1999; LACERDA; LODI, 2006; MACHADO, 2008; BOTELHO, 2007; TAVARES; CARVALHO, 2010), a falta de recursos visuais e adequação à Libras prejudicam seu desempenho acadêmico.

As políticas públicas para inclusão na educação visam garantir acesso universal à educação para grupos marginalizados. Elas englobam leis, diretrizes e decisões judiciais para efetivar esse direito fundamental, mas muitas vezes apenas requisitos mínimos são alcançados.

Nesse sentido, é fundamental que os educandários promovam a conscientização e facilitem o acesso de estudantes com necessidades especiais. A educação inclusiva é uma questão social que requer atenção.

A LDB nº 9.394, de 1996, assegura aos estudantes com necessidades especiais atendimento educacional especializado, preferencialmente nas redes formais de educação. Entretanto, não ocorreu a devida formação dos profissionais para adequar a essa realidade, especialmente no processo inclusivo aos discentes com surdez. A ausência de profissionais capacitados para cuidar da integração de estudantes prejudica significativamente a inclusão eficaz em todo âmbito escolar, pois a inclusão vai além de colocar o aluno na sala e dizer que a inclusão acontece como está prescrito no papel.

Neste aspecto, os colégios devem garantir um ensinamento inclusivo no qual possibilita o aluno, o acesso e sua permanência no ambiente escolar, utilizando Língua de Sinais/Língua Portuguesa durante as aulas, docentes qualificados e recursos pedagógicos necessários para o aprendizado dos mesmos.

2.2 A ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS

A alfabetização consiste em um método pelo qual um sujeito aprende e domina o código alfabético, ou seja, ele aprende a ler e escrever, usando estas habilidades para interpretar, compreender, comunicar e produzir conhecimento.

Alfabetização é dar acesso ao mundo da leitura. Alfabetizar é propiciar condições para que o indivíduo – criança ou adulto – tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, enquanto habilidades de decodificação e codificação do sistema da escrita, mas, e, sobretudo, de fazer uso real e adequado da escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade e, também, como instrumento na luta pela conquista da cidadania plena. (SOARES, 2004, [spp.])

No processo de alfabetização, a fala e os sons das letras são usados para dar significado à escrita, mas para os surdos, a linguagem gestual é mais importante, pois sem audição, a visão e os sinais formam uma língua diferente da falada oralmente. A alfabetização em português deve ocorrer após o domínio da Libras pelo surdo.

A Libras é considerada língua natural, pois assim como as línguas orais, surgiram naturalmente da interação entre os seres humanos e por permitir devido a sua estrutura, a expressão de qualquer conceito; seja ele descritivo, racional, emocional, metafórico, literal, abstrato ou concreto, que permitam a expressão de qualquer significado decorrente de necessidade comunicativa e expressiva do ser humano. (BRITO apud BRASIL, 1998, p. 19).

Na fase da alfabetização de estudantes surdos, é essencial que os professores usem métodos que incluam imagens, escrita, Libras e materiais tangíveis.

Faria (2001) defende que ocorra a alfabetização e o letramento em LIBRAS anteriormente a alfabetização e ao letramento em Língua portuguesa, seja qual for sua modalidade, oral ou escrita. Faria diz a esse respeito que: “No caso do surdo, que para ser ‘igual’ é preciso, antes, ser diferente” (Faria 2001, p.111).

No que se refere aos estudantes com surdez, a política afirma que “o MEC pretende possibilitar a promoção do ensino bilíngüe (em Libras como primeira língua e em modalidade escrita da língua portuguesa como segunda) em escolas, classes bilíngües e em escolas inclusivas” (BRASIL. 2019, p. 36)

2.3 DIFICULDADES DAS CRIANÇAS COM SURDEZ NA ALFABETIZAÇÃO

O desenvolvimento humano é afetado pela falta de linguagem, especialmente para as crianças surdas, causando impactos emocionais, sociais e intelectuais. A entrada na escola apresenta desafios devido à falta de estrutura e professores preparados. A alfabetização é problemática devido à falta de materiais e formação

adequada para os professores. É crucial que a escola atenda às necessidades educacionais especiais das crianças com deficiência.

O processo de alfabetização das crianças surdas é tido como bastante dificultoso, pois a maioria das escolas não tem estrutura para atendê-las, seja por falta de materiais adequados para ministrar as aulas, como também à formação adequada com o propósito de ensinar esses professores a se comunicarem com eles. Paula (2007) ressalta que “Não se pode aceitar que uma criança com deficiência seja simplesmente colocada no mesmo espaço que as demais, sem que a escola se preocupe em atender suas necessidades educacionais especiais” (PAULA, 2007, p.11).

Muitas crianças surdas enfrentam dificuldades devido ao dialeto predominante em ambientes onde a língua oral é usada. A falta de ensino em Libras, tanto em casa quanto na escola, pode impactar o desenvolvimento e aprendizado da criança, levando a dificuldades de relacionamento.

O desafio das crianças surdas na educação é a falta de condições de ensino comparadas aos demais alunos, incluindo o uso inadequado da língua de sinais como meio de ensino da leitura e escrita, ignorando o direito da criança surda de utilizar sua própria língua. Para Araújo (2005), a língua de sinais é usada de forma errada, pois é utilizada em termos como meio para o ensinamento da leitura e escrita, desconsiderando o direito da criança surda de usar sua própria língua.

Portanto a alfabetização de crianças surdas é diferenciada, pois elas devem primeiro aprender a Língua materna e depois a Língua Portuguesa, facilitando assim o aprendizado da escrita alfabética. Isso resulta em dificuldades de aprendizado e atraso na aquisição da primeira língua, prejudicando o desenvolvimento cognitivo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a análise acerca da inclusão educacional de alunos surdos no processo de alfabetização, constata-se que a implementação de práticas pedagógicas adaptadas é fundamental para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva. As dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos no ambiente escolar, especialmente no que tange à comunicação e ao acesso a conteúdos pedagógicos, reforçam a necessidade de uma abordagem que vá além da simples inserção desses estudantes em salas de aula regulares. É imperativo que educadores estejam devidamente capacitados e que o sistema educacional se estruture para atender às demandas

específicas de cada aluno, assegurando não apenas a presença, mas também a plena participação no processo de aprendizagem.

A legislação educacional brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Constituição Federal, desempenha um papel crucial ao garantir os direitos dos estudantes surdos. No entanto, observa-se que, apesar dos avanços legais, há uma lacuna significativa entre o que é prescrito pela legislação e sua aplicação prática nas escolas. Muitas vezes, as adaptações necessárias não são implementadas de maneira adequada, prejudicando o desenvolvimento educacional desses alunos.

Portanto, é evidente que a inclusão plena depende de uma articulação eficaz entre as políticas públicas, a capacitação dos profissionais da educação e a disponibilidade de recursos que favoreçam o aprendizado dos alunos surdos. Somente assim será possível garantir que as barreiras de comunicação e as dificuldades encontradas no processo de alfabetização sejam superadas, permitindo que esses alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado que seus colegas ouvintes. A inclusão, neste sentido, não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como um direito fundamental e um compromisso social com a equidade na educação.

4. REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo O. **Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas.** In: **BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FARIA, S. R (2001). **'Interface da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS com a língua portuguesa e suas implicações no ensino de português para surdos.** Pesquisa Linguística, nº 6. Universidade de Brasília.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Lei 9394/96; MEC; Brasília, 1996.

TAVARES, Ilda, M.S.; CARVALHO, Tereza, S.S. de; **Inclusão Escolar e a Formação de Professores para o Ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais): o texto oficial ao contexto,** V IPEAL, 2010.